



CÓD: OP-062FV-24
7908403549436

SEMEC TERESINA-PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE TERESINA – PIAUÍ

Pedagogo

EDITAL Nº 004/2024, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024

Legislação Aplicada

1. Estatuto da criança e do adolescente - eca (lei nº 8.069, De 13 de julho de 1990) e suas alterações.....	5
2. Lei de diretrizes e bases da educação ldb (lei nº 9.394, De 20 de dezembro de 1996) e suas alterações.....	42
3. Base nacional comum curricular.....	59
4. Plano nacional de educação (lei nº 13.005/2014).....	60
5. Plano municipal de educação de teresina (lei nº 4.739/2015).....	74
6. Estatuto do plano de cargos e salários do magistério público da rede municipal de ensino de teresina (lei nº 2.972/2001 E lei complementar 3.951/2009).....	75
7. Currículo da educação infantil e ensino fundamental de teresina.....	85
8. Política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.....	85
9. Ensino da história e cultura afro-brasileira (lei 10.639/03).....	91

Fundamentos Legais e Teóricos da Educação

1. A educação como direito constitucional.....	97
2. Princípios filosóficos da educação escolar brasileira.....	101
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e suas alterações.....	102
4. Lei Nº 10.172/01 (Plano Nacional de Educação – PNE).....	102
5. Lei Nº 11.494/07 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).....	146

Tecnologia da Informação

1. Software.....	163
2. Word: digitação de documentos, edição de documentos, salvamento de documentos e impressão de documentos.....	164
3. Internet e navegadores de internet.....	173
4. BNCC e tecnologia.....	181
5. Inteligência artificial.....	181

Conhecimentos Específicos

Pedagogo

1. Fundamentos da educação.....	185
2. A relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica.....	191
3. Base legais da educação nacional: Constituição da República.....	191
4. LDB (Lei n.º 9.394/96).....	195
5. Base Nacional Comum Curricular.....	213
6. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas.....	253
7. A supervisão: concepção e prática. Funções e responsabilidades do supervisor escolar: pedagógicas, administrativas, técnicas e político-sociais.....	256

ÍNDICE

8. Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação; normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal.....	259
9. Organização do trabalho na escola pública: articulação da ação supervisora com as diferentes instâncias e agentes educativos na construção da cidadania e na melhoria da qualidade do ensino.....	262
10. A pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender.....	262
11. O papel políticopedagógico e a organicidade do ensinar, aprender e pesquisar.....	262
12. Função sociocultural da escola.....	263
13. A escola: a comunidade escolar e o contexto institucional e sociocultural.....	264
14. O processo de planeamento: concepção, importância, dimensões e níveis.....	264
15. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. A gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico.....	274
16. Planeamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação.....	281
17. A comunicação e a interação grupal no processo de planeamento: constituição de equipas, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planeamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais.....	282
18. Currículo: concepções, relações de poder.....	282
19. Organização de Currículo: transdisciplinaridade, transversalidade, interdisciplinaridade, disciplinaridade e multidisciplinaridade.....	283
20. Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática.....	294
21. O processo de ensino e aprendizagem.....	295
22. Relação professor e aluno.....	298
23. Bases psicológicas da aprendizagem.....	300
24. Planeamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdo de ensino.....	301
25. métodos e técnicas e a multimídia educativa.....	301
26. Política nacional de avaliação educacional e exames da Educação Básica.....	301
27. Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.....	302
28. Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta.....	307
29. Relação escola-família.....	308
30. Violência intraescolar.....	308
31. Educação e relações de gênero.....	310
32. A importância da Formação Continuada: papel do pedagogo na formação continuada dos docentes.....	322
33. Educação Inclusiva: conceito e princípios, adaptações curriculares, a escola inclusiva e o papel do pedagogo.....	327

adolescência é uma fase de descobertas, de desafios e a sexualidade humana talvez seja, para a maioria dos jovens, o aspecto mais interessante desta jornada”.

Em relação à dimensão social, precisamos considerar que a adolescência enquanto processo de desenvolvimento humano não é universal, ou seja, não é igual para todos os jovens. Cada um vivenciará a sua adolescência de acordo com suas condições de vida, o seu lugar de moradia, a dinâmica de sua família de origem, as características de acesso à escola ou aos serviços de saúde, as modalidades de lazer a que tem acesso, dentre outros condicionantes. Todas as transformações vivenciadas pelo jovem são construídas mediante as relações sociais que eles estabelecem. Não existe um “padrão”. Cada indivíduo, a partir de sua realidade social, vivenciará sua juventude de forma particular.

Não devemos pensar a juventude como crise, mas como um processo do ciclo vital do jovem. Isto quer dizer que devemos compreender o jovem não enquanto um “problema” ou um “fardo”. Deve ser compreendido sempre a partir da sua pessoa em condição peculiar de desenvolvimento inserida num determinado contexto sociocultural.

Outro fator importante a ser abordado é o prolongamento da juventude. Atualmente vivenciamos uma clara dificuldade em delimitar o término deste período. Não é raro encontrarmos pessoas que pretendem terminar seus estudos, incluindo até cursos de mestrado e doutorado, antes de decidirem morar sozinhos ou casarem-se, e então deixar de morar com seus pais.

Partindo da premissa de todas estas transformações contemporâneas, é interessante tomarmos a definição do Conselho Nacional da Juventude no que diz respeito a estender até os 29 anos a faixa etária das pessoas que são consideradas jovens.

São estes jovens que constituem o público beneficiário da prática de Orientação Sexual, no enfoque deste trabalho.

Orientação Sexual X Educação Sexual

Os autores que se preocupam atualmente com a temática da Orientação Sexual formulam questionamentos a respeito do termo que deve ser utilizado para definir tais práticas. Quando falamos em Orientação Sexual e em Educação Sexual, utilizamos a mesma definição para as duas expressões?

De acordo com Ribeiro falamos em Educação Sexual quando nos referimos aos “processos culturais contínuos [...] que direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade”. Nesta definição, podemos pensar que a educação sexual tem seu início no nascimento de cada indivíduo, sendo que o processo educacional acontece através da relação deste indivíduo com seu meio social. Então, as “atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade” são construídos por cada pessoa em contato com a sociedade, ou seja, amigos, grupos religiosos e/ou de convivência, meios de comunicação e, principalmente, a família. Portanto, a sociedade pratica ações educativas em sexualidade em relação aos indivíduos que a constituem. Porém, em grande parte das vezes, estas ações se tornam “deseducativas”, na medida em que reproduzem e perpetuam tabus, desinformações e atitudes repressivas em relação à sexualidade humana.

Para Ribeiro, a Orientação Sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada e realizada por profissionais especialmente preparados para exercer esta função. Diferencia-se,

portanto, da Educação Sexual, que acontece durante toda a vida das pessoas, e que diz respeito ao processo educacional referente às atitudes em relação à sexualidade. Desta forma, podemos pensar a Orientação Sexual enquanto prática interventiva na vida das pessoas, prática que intervém na Educação Sexual que todas elas receberam em contato com a sociedade em que vivem.

Citando Suplicy et. al. *“Orientação Sexual é um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade, através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação e a tomada responsável de decisões”.*

Percebemos a concordância de Suplicy et. al. com Ribeiro em afirmar que a ***Orientação Sexual é uma prática interventiva sistemática na área da sexualidade***. Suplicy et. al., na definição citada, enfatiza que a Orientação Sexual deve ser pensada e executada a partir da consideração do orientando enquanto ser integral, ou seja, devem ser consideradas suas dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais no exercício de sua sexualidade. Além disso, a Orientação Sexual deve contemplar diversos aspectos do desenvolvimento sexual dos indivíduos, ou seja, saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Compreende-se o ser humano enquanto ser sexuado inserido num meio social, que continuamente se relaciona com outros seres humanos. Desta forma, amplia-se o enfoque da Orientação Sexual no Brasil que, no início e meados do século XX priorizava a dimensão biológica da sexualidade. No final do século XX e nos dias atuais, deve-se compreender a sexualidade enquanto manifestação humana, com desdobramentos além da mera reprodução e da possibilidade de contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Tais aspectos não devem ser descartados, mas deve-se somar a eles outros aspectos como o prazer, as relações afetivas e os papéis sexuais na (re)definição de gênero.

Neste contexto, Santos e Bruns apontam que um dos objetivos da Orientação Sexual é levar o indivíduo a valorizar o prazer, o respeito mútuo, possibilitando-lhe uma vivência mais íntegra e feliz.

Breve histórico da Orientação Sexual no Brasil

No Brasil, a sexualidade tem sido um aspecto polêmico do cotidiano das pessoas, desde a época da Colônia do século XVI.

O homem brasileiro branco, nos primeiros anos da colonização, mantinha relações sexuais com várias índias, tendo com elas muitos filhos, caracterizando um comportamento sexual bastante promíscuo.

Com o advento da escravidão, os jovens homens filhos dos senhores de engenho eram incentivados a se relacionar sexualmente com as escravas negras, para provar que eram “machos”. As mulheres brancas eram dominadas e submetidas às regras de seus pais, inicialmente, e de seus maridos, após o casamento. Em geral, casavam ainda adolescentes com homens bem mais velhos que elas. Era-lhes exigido um comportamento acanhado e humilde frente à sociedade.

xualidade. Em geral, no conteúdo destes programas são enfatizadas (quando não são exclusivas) as IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis e as gravidezes precoces na adolescência, com maternidade e/ou paternidade indesejadas. Este conteúdo não sensibiliza os jovens para a discussão construtiva do tema sexualidade humana. Eles costumam não se sentir à vontade para receber uma adequada Orientação Sexual, pois identificam claramente a repressão sexual que experimentam em seu meio social, aqui também reproduzida pelos profissionais orientadores sexuais.

Em contato com um conteúdo de Orientação Sexual que prioriza os problemas advindos de uma vivência inadequada da sexualidade e não os aspectos afetivos, prazerosos, e de respeito às relações humanas, os jovens costumam não perceber uma relação coerente entre o conteúdo abordado e suas próprias experiências reais concretas. Comenta-se que o sexo traz problemas, mas a maioria dos jovens percebe suas experiências sexuais como prazerosas, surgindo aí um paradoxo.

Desta forma, urge a necessidade da discussão de conteúdos adequados à realidade dos jovens para que eles possam realmente tomar atitudes responsáveis na vivência de suas sexualidades. Assim, um programa efetivo de Orientação Sexual deve reconhecer o exercício prazeroso da sexualidade, sem deixar de contemplar as medidas de proteção à saúde e os métodos contraceptivos para tornar possível a emergência de maternidades e paternidades responsáveis, no momento de escolha consciente de cada pessoa que deseje ter filhos.

Nos dias atuais, percebe-se a crescente preocupação de alguns pais e educadores diante do número de gestações na adolescência. Segundo o Ministério da Saúde, enquanto a taxa de fecundidade de mulheres adultas tem caído nas últimas quatro décadas, entre as mulheres jovens existe uma relação inversamente proporcional. “Desde os anos 90, a taxa de fecundidade entre adolescentes aumentou 26%.

Tal preocupação mobiliza e estimula o avanço das ações em orientação sexual, o que pode ser intensamente benéfico para os jovens, visto que eles poderão ter maior acesso a programas desta natureza. No entanto, cabe questionar se pais e educadores ainda mantêm seu foco sob uma concepção repressiva da sexualidade humana, desejando que uma Orientação Sexual possa produzir uma atitude sexualmente abstinente dos jovens brasileiros, desejo que se mostra absolutamente inalcançável e indesejável. De outro modo, a preocupação advinda dos pais e educadores quanto ao número de gestações na adolescência pode ser um ponto de partida para propiciar espaços abertos de discussão, onde o jovem possa refletir sobre sua própria sexualidade, no sentido de conscientemente poder efetuar escolhas para sua vida, que incluem ter ou não filhos. Para tal escolha, o jovem, que num futuro próximo se tornará um adulto, deve ter conhecimento e autonomia sobre o uso de métodos contraceptivos.

Outra preocupação de pais e educadores que mobiliza a execução de programas de Orientação Sexual são as doenças sexualmente transmissíveis uma vez que, ao iniciar a vida sexual, muitos jovens, ainda que possuam conhecimento de prevenção, não utilizam preservativo.

Infelizmente a maioria dos programas brasileiros de Orientação Sexual não é contínua. Caracterizam-se muitas vezes pelo oferecimento de palestras pontuais sobre sexualidade. Este tipo de programa não atinge os objetivos de propiciar elementos para uma cons-

trução adequada do exercício da sexualidade dos jovens. Para trazer efetivos benefícios à juventude, o processo de educação precisa de continuidade, de vínculo, de tempo, de reconhecimento.

Orientação Sexual como Tema Transversal

O governo federal brasileiro, através do Ministério da Educação - MEC, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), estabelece a Orientação Sexual no Ensino Fundamental enquanto tema transversal, isto é, um assunto a ser trabalhado em todas as disciplinas escolares, por quaisquer professores que se sintam mobilizados, sempre que houver espaço na grade curricular ou em horários extraclasses.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, “*propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus*”.

Percebemos o complexo dever atribuído à Orientação Sexual no âmbito escolar na medida em que é sua função a reflexão contínua sobre as informações constantes recebidas pelos jovens em suas relações sociais. Daí decorre a necessidade de que os profissionais que executam programas de Orientação Sexual tenham conhecimentos científicos suficientes e adequados para abordar as demandas cotidianas da juventude em relação à sexualidade. É preciso que, pela Orientação Sexual, os jovens possam formar suas opiniões a respeito do tema para propiciar um pleno exercício de suas sexualidades.

Apesar da clara proposição dos PCN de conceber a Orientação Sexual no âmbito escolar enquanto tema transversal extremamente importante para a formação de valores conscientes pelos jovens em relação à sexualidade, muitas dificuldades têm permanecido no exercício diário desta prática educacional. Como sexo é um assunto intensamente repleto de repressões em nossa sociedade ocidental, muitos educadores não manifestam interesse sobre o tema, deixando de buscar formação adequada para o trabalho de Orientação Sexual com a juventude.

Além dos profissionais diretamente em contato com os jovens, há uma grande parcela de educadores que são dirigentes de estabelecimentos educacionais e, reproduzem as mesmas repressões sociais em relação à sexualidade, não contribuindo positivamente para a execução de bons programas de Orientação Sexual, uma vez que não acreditam que este tema seja importante para a comunidade estudantil ou acreditam que falar sobre sexualidade com jovens estudantes pode induzi-los à prática precoce de relações sexuais.

A Orientação Sexual na escola ainda tem um extenso caminho a ser trilhado para que a sexualidade, presente na vida de todas as pessoas, possa ser tratada (e aprendida) pelos profissionais da educação e seus respectivos educandos sem os massacrantes e si-

É oportuno indagar se é plausível que a manifestação aparente de identidades sexuais não normativas na escola colabore para desajustar dispositivo de rejeição ou, ao contrário, para realçá-lo, uma vez que a construção da heterossexualidade e da homossexualidade tem configurado por meio de oposição recíproca. No mesmo sentido, é apropriado indagar sobre o alcance político de transformação para uma escolarização radicalmente não heterossexista e excludente, com base na visibilidade dessas identidades.

Dessa forma, enfatiza-se a relevância da efetivação de pesquisas sobre a presença de sexualidades não normativas no espaço escolar como forma de ampliar vetores de análises dos processos educacionais possivelmente geradores de antagonismos e exclusão que se contrapõem a políticas que realçam o princípio da autonomia na educação inclusiva e, nela, o respeito ao significado plural da diversidade, sem imposição de uma única identidade central, padrão.

Contudo, o que se espera da escola, no interesse de ensinar e aprender, mais amplamente, sobre sexualidade, encontra barreiras em processos de atitudes homofóbicas que ainda permanecem contaminando o seu ambiente.

Ninguém Pode Calar a Homossexualidades e Homofobia na Escola

Recorda-se que, desde os anos 90, a preocupação com a prevenção da AIDS e da gravidez na adolescência inseriu-se nas escolas de modo mais evidente e sistematizado. A ideia era a de que várias disciplinas agregassem o assunto de modo conectado com outros temas. No entanto, o tratamento alicerçado em uma ótica biologicizante do sexo prosseguiu, sendo o debate sobre a diversidade de orientação sexual ainda incipiente ou, na melhor das hipóteses, relegado a segundo plano.

Espera-se que a instituição escolar, como espaço de formação, local onde se formam cidadãos e se estudam e consolidam direitos, reconheça o problema da discriminação gerada pela homofobia em suas salas de aula e perceba a necessidade de enfrentá-lo, no interesse de que sejam superadas a intolerância e a violência, que se multiplicam em sofrimento, silêncio, invisibilidade, medo e morte física e existencial.

Para Saber Mais...

A seguir alguns termos relevantes a serem considerados sobre a diversidade de gênero:

Assimetrias de Gênero: desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando hierarquias. Por exemplo: no mercado de trabalho.

Binarismo: forma de pensamento que separa e opõe masculino e feminino, apoiando-se numa concepção naturalizante dos corpos biológicos.

Bissexual: pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos;

Corpo: inclui além das potencialidades biológicas, todas as dimensões psicológicas, sociais e culturais do aprendizado pelo qual as pessoas desenvolvem a percepção da própria vivência. Não existe

um corpo humano universal - mas sim corpos marcados por experiências específicas de classe, de etnia, de raça, de gênero, de idade. Visto que os corpos são significados e alterados pelas diferentes culturas, pelos processos morais, pelos hábitos, pelas distintas opções e possibilidades de desejo, além das diversas formas de intervenção e produção tecnológica. Por isso, o corpo é uma produção histórica.

Foucault ao analisar instituições como escolas, prisões, hospitais psiquiátricos, fábricas, fala das maneiras como as diferentes disciplinas controlam, domesticam, normalizam os corpos. Sua preocupação é com as práticas sociais, sendo que é no corpo que se dá o controle da sociedade sobre os indivíduos. Os corpos apresentam as marcas do processo de passar ou não pela escola como o auto disciplinamento, o investimento continuado e autônomo do sujeito sobre si mesmo.

Louro parte do pressuposto antropológico de que “os corpos são o que são na cultura”, isto é, que os corpos adquirem seu significado apenas através dos discursos na cultura e na história. Essa vertente se afasta das discussões teóricas nas quais o corpo é tido como “natural”, no qual o biológico determina o gênero.

Desigualdade: é um fenômeno social que produz uma hierarquização entre os indivíduos e/ou grupos que não permite o tratamento igualitário (em termos de mercado de trabalho, de acesso a bens e recursos, para todos e todas).

Essa desigualdade existe na divisão dos atributos entre homens e mulheres. Esse desnível se evidencia em vários contextos: familiar, social, escolar, religioso, econômico, político, Dessa forma, fica claro que existem fronteiras que separam atitudes e comportamentos tidos como apropriados, válidas e legítimas relacionadas ao sexo masculino e ao feminino.

Diferença: indivíduos e/ou grupos possuem várias formas de distinção e de semelhanças (cor, sexo, idade, nacionalidade). A desigualdade pauta-se por essas diferenças e semelhanças que constituem os indivíduos e/ou grupos.

Direitos Sexuais: direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência. Os direitos sexuais englobam múltiplas expressões legítimas da sexualidade, como por exemplo, o direito à saúde - direito de cada pessoa de ver reconhecidos e respeitados o seu corpo (autonomia), o seu desejo e o seu direito de amar (reconhecimento da diversidade sexual).

Discriminação: ação de discriminar, tratar diferente, excluir, marginalizar.

Estereótipo: é uma generalização de julgamentos subjetivos feitos a um grupo ou a um indivíduo. Pode ser atribuindo valor negativo desqualificando-os e impondo-lhes um lugar inferior, ou simplesmente, reduzindo determinado grupo ou indivíduo a algumas características e, assim, definindo lugares específicos a serem ocupados.

Feminilidade: se refere às características e comportamentos considerados por uma determinada cultura associados ou apropriados às mulheres.

Identidade Sexual: identidades sexuais se constituem através das formas como vivemos nossa sexualidade, e refere-se a duas questões diferenciadas:

1) É o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual;

2) É o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. Quer dizer, corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual, ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno.

Intersexual ou Intersex: a palavra intersexual é preferível ao termo hermafrodita e é um termo usado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições de masculino e feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. A intersexualidade, enquanto transgeneridade é uma condição e não uma orientação sexual. Portanto, as pessoas que se autodenominam intersexuais podem se identificar como homossexuais, heterossexuais ou bissexuais.

Lesbofobia: termo usado para descrever vários fenômenos sociais relacionados ao preconceito, a discriminação e à violência contra as lésbicas (ter desprezo, ódio, aversão ou medo de pessoas com orientação sexual diferente do padrão heterossexual). Ver homofobia.

Machismo: é a crença de que os homens são superiores às mulheres. É uma construção cultural que definiu que as características atribuídas aos homens, tem um valor maior. Se pensarmos na educação de meninos e meninas, veremos que há um tratamento diferenciado que reproduz as manifestações de machismo nos meninos, e às vezes, nas próprias meninas. Ao incentivar (infidelidade, violência doméstica, esporte, diferença de direitos).

Masculinidade: faz oposição ao termo feminilidade e diz respeito a imagem estereotipada de tudo aquilo que seria próprio dos indivíduos homens, ou seja, às características e comportamentos considerados por uma determinada cultura como associados ou apropriados aos homens. Ver feminilidade, pois são conceitos relacionais que não passíveis de serem entendidos separadamente.

Masculinidade Hegemônica: é um modelo construído socialmente que controla, domina e subestima as diversas formas de expressão de outras masculinidades, tornando-se um padrão de masculinidade.

Movimento Feminista: o movimento feminista surgiu para questionar a organização social, política, econômica, sexual e cultural de uma sociedade profundamente hierárquica, autoritária, masculina, branca e excludente. Sendo assim, o feminismo pode ser entendido como uma luta pela transformação da condição das mulheres, que é pública e também privada. E que pode ser entendida, a partir de três eixos:

1) como movimento social e político;

2) como política social;

3) e como ciência, ampliando os debates teóricos e conceituais (derivando a categoria gênero como analítica de sexo).

Essas vias se entrecruzam, por diversas vezes, para desestabilizar representações, questionar a divisão sexual da sociedade, opor-se à hierarquização dos gêneros e, por isso, as teorias nem sempre podem dissociar-se de suas ações políticas, e vice-versa.

Poder/Relações de Poder: nossas definições, crenças, convenções, identidades e comportamentos sexuais têm sido modeladas no interior de relações definidas de poder. Para Michel Foucault, o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. O poder se exerce de diversas formas: poder de produzir os corpos que controla, produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos. Foucault propõe que observemos o poder como uma rede que, capilarmente, se distribui por toda a sociedade. Nas palavras dele: “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por si mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”.

Preconceito: é um pré-conceito uma opinião que se emite antecipadamente alimentada pelo estereótipo, é um juízo preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, lugares ou tradições consideradas diferentes ou “estranhos”.

Racismo: conjunto de princípios que se baseia na superioridade de uma raça sobre a outra. A atitude racista é aquela que atribui qualidades aos indivíduos conforme seu suposto pertencimento biológico a uma determinada raça. Não é apenas uma reação ao outro, mas é uma forma de subordinação do outro.

Sexismo: atitude preconceituosa que difere homens de mulheres definindo características específicas para cada um, subordinando o feminino ao masculino.

Sexo Biológico: é o conjunto de características fisiológicas, informações cromossômicas, órgãos genitais, potencialidade individual para o exercício de qualquer função biológica que diferencia machos e fêmeas. Entretanto, o sexo não é simplesmente algo que lhe foi dado pela biologia. Foucault analisa o sexo biológico como um efeito discursivo. O poder cria o corpo ao anunciá-lo sexuado, ao fazer de sua constituição biológica um fator natural que carrega características específicas e torna indiscutível a divisão dos humanos em dois blocos distintos (homens e mulheres). Isto não significa que o corpo não exista de forma sexuada. O que o poder cria é outra coisa: é a importância dada a esse fator corporal (biológico). O sexo produz, interdita, possibilita e regula o corpo limitando certos tipos de escolhas para a produção de um corpo sexuado que seja culturalmente aceitável e inteligível. Assim, o sexo é uma norma através da qual alguém se torna viável.

Sexualidade: é aprendida, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos e diferentes modos, por todos os sujeitos por isso, é entendida como um conceito dinâmico que se modifica conforme as posições do sujeito e suas disputas políticas. A sexualidade tem a ver tanto com o corpo, como também com os rituais, o desejo, a fantasia, as palavras, as sensações, emoções, imagens e

experiências. Ela não tem ligação somente com a questão do sexo e dos atos sexuais, mas também com os prazeres e sua relação com o corpo e a cultura compreendendo o erotismo, o desejo e o afeto; até questões relativas a reprodução, saúde sexual, utilização de novas tecnologias.

Transexual: pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Transfobia: termo usado para descrever vários fenômenos sociais relacionados ao preconceito, a discriminação e à violência contra transexuais (ter desprezo, ódio, aversão ou medo de pessoas com orientação sexual diferente do padrão heterossexual). Ver homofobia.

Transgêneros ou Trans: são termos utilizados para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais como sujeitos que realizam um trânsito entre um gênero e outro.

Travesti: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta a seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pelo Conferência Nacional LGBT em 2008).

Orientação Sexual: refere-se ao sexo das pessoas que elegemos para nos relacionar afetiva e sexualmente. Atualmente temos três tipos de orientação sexual: heterossexual, homossexual e bissexual. Contrapõem a OPÇÃO SEXUAL entendida como escolha deliberada e realizada de forma autônoma.

Violência De Gênero: é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres e apoia-se no estigma da virilidade masculina (legítima defesa da honra) e da submissão feminina.

Quando as vítimas são crianças e adolescentes o Art. 245 do ECA, obriga os profissionais da saúde e educadores e educadoras a comunicarem o fato aos órgãos competentes. Na escola a discriminação é manifestada por meio de apelidos, exclusões, perseguição, agressão física.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA: PAPEL DO PEDAGOGO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

A educação continuada consiste na prática em que o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores é fundamental para o aperfeiçoamento das habilidades como a maior visão da realidade em que estão inseridos, buscando uma construção de conhecimentos.

Eis que a educação continuada surge no final do século passado, em decorrência do desenvolvimento social e da classe de trabalhadores, como uma resposta aos obstáculos que vinham sendo enfrentados.

Entre as décadas de 70 e 80, esse assunto ideólogos referiram-se a esse tipo de educação como programa de complementação educacional de profissionais.

Como a sociedade vive em constante mudança, se faz necessário esse processo que visa renovação do conhecimento.

Para *Mariotti*⁹⁸ trata-se de uma abordagem ampla, inserida na organização, onde treinamento e prática se enquadram como uma proposta e um componente que faz parte de uma empresa, passando a ser visto por um sistema relacionado com outros ambientes dentro de determinada instituição. Desse modo, o conhecimento e a prática são as áreas monitoradas que deverão passar por constantes especificações e acompanhamentos em benefício de um desenvolvimento de qualidade.

A formação continuada visa anteder a mudanças desejadas pela instituição, como também as que desejadas pela sociedade.

Formação Continuada do Professor⁹⁹

A busca da qualidade de ensino na formação básica voltada para a construção da cidadania, para uma educação sedimentada no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e para as novas necessidades do conhecimento, exige necessariamente, repensar a formação inicial de professores, assim como requer um cuidado especial com a formação continuada desse profissional com um olhar crítico e criativo. Essa preocupação é relevante, tendo em vista o atual contexto de reformas educacionais, que visam a dar respostas à complexa sociedade contemporânea.

Este é um tema de particular atualidade em função da recente reforma implementada em todos os níveis da educação brasileira, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e hoje em discussão a do Ensino Superior.

Uma reforma que merece um domínio profundo por parte dos atores que de fato conduzem o processo ensino-aprendizagem. Pois, as mudanças implementadas são de cunho filosófico, metodológico e sociológico implica numa postura dialética frente ao conhecimento, compreensão de processos cognitivos e metacognitivos, domínio do conceito de competência e sua construção na escola, entre outras exigências.

As referidas mudanças educacionais se baseiam em princípios filosóficos inovadores e têm fundamentos epistemológicos da pedagogia crítica. Porém, ao mesmo tempo tem como pilar de sustentação um movimento político-social de clara hegemonia do projeto neoliberal.

Na implantação de qualquer proposta pedagógica que tenha implicações em novas posturas frente ao conhecimento, conduzindo a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem, a formação continuada de professores assume um espaço de grande importância.

98 MARIOTTI, Humberto. *Organizações de aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro*. São Paulo: Atlas, 1995.

99 COSTA, N. M. L. *A Formação Contínua De Professores - Novas Tendências e Novos Caminhos*, 2004.

As pesquisas na área têm confirmado que é esse modelo clássico, que vem sendo praticado nos sistemas educacionais para a formação continuada dos profissionais do magistério, tem sido o mais promovido e, portanto, o mais aceito.

Candau, destaca quatro modalidades em que se apresentam tais iniciativas numa perspectiva tradicional.

Sob a forma de convênios entre universidades e secretarias de educação, em que as universidades destinam vagas para formar professores em exercício do ensino fundamental e médio nos cursos de graduação e licenciatura.

A oferta de cursos de especialização através de convênios entre instituições universitárias e secretarias de educação, visando à melhoria da qualidade de ensino tem sido muito praticada. Esses cursos são realizados em regime normal presencial ou na modalidade a distância, lançando mão de diferentes estratégias como, correspondência, via fax, vídeos, computador, teleconferência, ou outras mídias. Atualmente, no Brasil, existe um grande interesse na realização de cursos a distância e várias universidades já estão começando a montar cursos de aperfeiçoamento de professores nesta modalidade, não só para a rede pública, como também para a rede privada de ensino.

Embora tais experiências não estejam restritas à área de educação, as possibilidades que as novas tecnologias apresentam podem ser muito bem exploradas em prol da formação continuada, rompendo propostas tradicionais, distâncias geográficas e temporais. Mesmo lançando-se mão dos recursos tecnológicos, tais experiências mantêm ainda, as características do modelo clássico de formação continuada.

Uma terceira modalidade de formação continuada, na perspectiva tradicional, são as ações promovidas por órgãos responsáveis pelas políticas educacionais como, Secretarias de Educação dos estados e municípios e/ou o próprio Ministério de Educação, ofertando cursos de caráter presencial ou à distância.

Além dos cursos promovidos de natureza presencial, insere-se também nessa modalidade programas de formação continuada a distância como os veiculados pela TV Escola, que se constitui numa formação aberta a todas as escolas públicas que possuam antena parabólica, receptor, TV e vídeo. O programa é vinculado ao Ministério da Educação e coordenado em todos os Estados pelas respectivas Secretarias de Educação. Embora estas iniciativas possuam características do modelo clássico, apresentam condições de ser trabalhada numa perspectiva de práticas inovadoras, onde as escolas se assumam enquanto lugares de formação como um exemplo vivo desse aspecto da interface.

Como quarta modalidade surge mais recentemente, ação de apoio às escolas, em que se incluem componentes de formação continuada de professores em atividade. A partir de um slogan “adote uma escola”, universidades ou empresas “adotam” uma escola situada em suas proximidades e desenvolvem programas específicos de colaboração em diferentes aspectos, oferecendo bolsas de estudos, equipamentos e outras formas de colaboração. No caso das universidades, oferecem programas de aperfeiçoamento em serviço para os professores.

Na visão de Demailly¹⁰⁰, os modelos de formação continuada de professores, classificam-se em quatro estilos ou categorias, a saber:

¹⁰⁰ DEMAILLY, Lise C. *Modelos de formação contínua e estratégias de mudança*. In: NÓVOA, Antonio (org.). *Professores e sua formação*. Lisboa, Dom Quixote,

- *A forma universitária, que tem como finalidade a transmissão dos saberes teóricos. Tem características semelhantes à dos profissionais liberais-clientes, por ter caráter voluntário e pela relação constituída entre formador-formando, os mestres são produtores do saber e o aluno funciona como receptor dos conhecimentos.*

- *A forma escolar, onde estão organizados todos os cursos através de um poder legítimo, exigem escolaridade obrigatória e existe uma instância organizadora onde os formadores não são responsáveis pelo programa nem por decisões administrativas. Possuem um papel passivo em termos de planeamento.*

- *A forma contratual se caracteriza pela negociação entre os diferentes parceiros. Estes estão ligados por uma relação de troca ou contratual do programa pretendido, modalidades materiais e ações pedagógicas da aprendizagem.*

- *A forma interativo-reflexiva, bastante presente nas iniciativas de formação voltadas para a resolução de problemas reais. Nessa modalidade, está presente uma ajuda mútua entre formandos e uma ligação à situação de trabalho.*

Dentro desta concepção, a autora toma uma posição e destaca significativa diferença entre as formas universitária e a interativo-reflexiva. A primeira parece ser mais eficiente no plano individual. A segunda, é mais eficiente nos planos individual e coletivo porque suscita menor resistência por parte dos formandos, permite o prazer da construção autônoma, trazendo respostas aos problemas vivenciados, aborda a prática de maneira global e permite a criação de novos saberes para a profissão.

Outros autores também defendem a forma interativo-reflexiva como uma maneira organizada e produtiva no processo ensino-aprendizagem, conforme afirma Gimeno Sacristán. O ensino como atividade racional ou reflexiva, como um fazer em que se mede cada passo dado e cada opção é fruto de um processo de deliberação, é uma prática utópica a que se aspira.

Nóvoa apresenta uma síntese dos modelos já discutidos, resumindo-os a dois grandes grupos, nomeando-os de modelos estruturantes e modelos construtivistas.

Os modelos estruturantes são organizados previamente a partir da lógica de racionalidade científica e técnica e ainda aplicados a diversos tipos de professores. O autor inclui neste grupo as formas universitárias e escolares citadas por Demailly.

Os modelos construtivistas partem de uma reflexão contextualizada para a montagem dos dispositivos de formação continuada, visando a uma regulação permanente das práticas e do processo de trabalho.

Este é um modelo que pode suscitar verdadeiras mudanças na prática, pois parte das necessidades dos educadores e se constitui em uma aprendizagem significativa, visto que os estudos teóricos têm ressonância na realidade cotidiana e visam a resolver questões anteriormente identificadas pelos envolvidos.

Entretanto, as sistematizações de Demailly e Nóvoa devem servir aos educadores como modelos teóricos de análise e não como modelos práticos de intervenção. Pois os próprios teóricos reconhecem que esses modelos não existem de maneira isolada na prática de formação de professores. Para Nóvoa, “as estratégias de formação continuada são necessariamente híbridas, apelando segundo

A Fundamentação Filosófica

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) uniu os povos do mundo todo, no reconhecimento de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Art. 1º).

A concepção contemporânea de Direitos Humanos, introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), se fundamenta no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos; universalidade, porque a condição de pessoa é requisito único para a titularidade de direitos e indivisibilidade, porque os direitos civis e políticos são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais.

A Declaração conjuga o valor de liberdade ao valor de igualdade, já que assume que não há liberdade sem igualdade, nem tampouco igualdade sem liberdade.

Neste contexto, o valor da diversidade se impõe como condição para o alcance da universalidade e a indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Num primeiro momento, a atenção aos Direitos Humanos foi marcada pela tônica da proteção geral e abstrata, com base na igualdade formal; mais recentemente, passou-se a explicitar a pessoa como sujeito de direito, respeitado em suas peculiaridades e particularidades.

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos.

Princípios

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

A Identidade Pessoal e Social e a Construção da Igualdade na Diversidade

A identidade pessoal e social é essencial para o desenvolvimento de todo indivíduo, enquanto ser humano e enquanto cidadão.

A identidade pessoal é construída na trama das relações sociais que permeiam sua existência cotidiana. Assim, há que se esforçar para que as relações entre os indivíduos se caracterizem por atitudes de respeito mútuo, representadas pela valorização de cada pessoa em sua singularidade, ou seja, nas características que a constituem.

“A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade.” (MEC/SEESP, 2001).

A Constituição Federal do Brasil assume o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa, quando reza no caput do seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CF - Brasil, 1988).

Para que a igualdade seja real, ela tem que ser relativa. Isto significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. Há que se enfatizar aqui, que tratamento diferenciado não se refere à instituição de privilégios, e sim, a disponibilização das condições exigidas, na garantia da igualdade.

A Escola Inclusiva é Espaço de Construção de Cidadania

A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. A participação da família e da comunidade traz para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, desvelando necessidades e sinalizando rumos.

Este processo, ressignifica os agentes e a prática educacional, aproximando a escola da realidade social na qual seus alunos vivem.

A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e ao adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

O Exercício da Cidadania e a Promoção da Paz

O conceito de cidadania em sua plena abrangência engloba direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais. A exclusão ou limitação em qualquer uma dessas esferas fragiliza a cidadania, não promove a justiça social e impõe situações de opressão e violência.

Exercer a cidadania é conhecer direitos e deveres no exercício da convivência coletiva, realizar a análise crítica da realidade, reconhecer as dinâmicas sociais, participar do debate permanente sobre causas coletivas e manifestar-se com autonomia e liberdade respeitando seus pares.

Tais práticas se contrapõem à violência, na medida que não admitem a anulação de um sujeito pelo outro, mas fortalecem cada um, na defesa de uma vida melhor para todos.

Uma proposta de educação para a paz deve sensibilizar os educandos para novas formas de convivência baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores essenciais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sensíveis para rejeitarem toda a forma de opressão e violência.